

HISTÓRIA E JORNALISMO: A NARRATIVA COMO ÉTICA

HISTORY AND JOURNALISM: THE NARRATIVE AS ETHICS

Ana Teresa Peixinho¹

Resumo: No presente artigo, pretendemos problematizar as relações entre História e Jornalismo, com vista a defender a legitimidade de o Jornalismo se assumir como fonte de pleno direito para o discurso historiográfico, muitas vezes ditando o seu curso. Partimos do pressuposto de que ambas as áreas configuram a construção de narrativas fundamentais para a compreensão pública do passado e do presente. Se a História se tece através de um amplo conjunto de narrativas escritas, objetivadas e factuais, que visam reconstruir o Passado, tornando-o legível e compreensível aos olhos do Presente, já o Jornalismo vive da construção de narrativas marcadas por um sentido de atualidade e instantaneidade, reclamando a mesma objetividade e factualidade. Independentemente do debate, sempre problemático, em torno da questão da objetividade, é fundamental reconhecermos que qualquer narrativa é um produto textual e discursivo que narrativiza a experiência, organizando-a e dando-lhe forma, nexos, coerência e sentido. Ao fazê-lo, a narrativa seleciona do passado ações, espaços, personagens e tempos, interrelacionando-os e conferindo-lhes uma lógica interna. Estas são sumariamente características comuns ao discurso da História e ao do Jornalismo, ambos construídos estruturalmente pela narratividade que os enforma. Quer isto dizer que, embora reconhecendo as especificidades e as fraturantes dissemelhanças entre ambas as áreas, tentaremos, neste artigo, problematizar a narrativa jornalística como complementar da construção da História.

Abstract: In this article, we discuss the relationship between history and journalism in order to we discuss the relationship between history and journalism in order to defend the legitimacy of Journalism be assumed as an

¹ Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX) – Universidade de Coimbra.

important source for the historiographical discourse, often dictating its course. We assume that both areas make up the construction of key accounts to public understanding of the Past and the Present. History is constructed by a wide range of written and factual narratives that seek to rebuild the past, making it readable and understandable in the eyes of the present. Whereas in Journalism narratives are marked by a sense of relevance and instantaneity, claiming the same objectivity and factuality. Regardless of the discussion, always problematic, around the issue of objectivity, it is essential to recognize that any narrative is a textual and discursive product which organize our experience, giving it a form, a coherence and a meaning. In doing so, the narrative selects past actions, spaces, characters and times, interrelating them and giving them an internal logic. These are summarily common characteristics to the discourse of History and Journalism, both built by narrative forms. This means that, while recognizing the specific features and dissimilarities between these both areas, we will try in this paper to question the journalistic narrative as a complement of the History's construction.

Palavras-chave: Narrativa, jornalismo, *storytelling*, historiador, memória e representação.

Keywords: Narrative, journalism, storytelling, memory, representation, historian.

História e Jornalismo, que relações?

A homenagem que aqui se presta ao colega Doutor Carlos Cordeiro dificilmente dispensaria a presença da História, disciplina a que tem dedicado a sua vida, e aqui tomada como cenário dinâmico por alguém que, não sendo historiadora, percebe o seu valor inestimável para a reflexão em curso.

No século XVII, uma das primeiras reflexões críticas sobre o jornalismo – longe de ser uma atividade autónoma ou profissionalizante

ainda – é atribuída a Tobias Peucer², que considerou o jornalismo como um dos três modos de fazer História. Na sua tese de doutoramento³, apresentada em 1690 à Universidade de Leipzig, o erudito alemão traça um panorama crítico do jornalismo do seu tempo, enunciando um conjunto de preceitos, alguns ainda bem atuais e só recuperados dois séculos mais tarde, fundamentando a sua reflexão num paralelismo entre Jornalismo e História. Logo no terceiro dos vinte e nove parágrafos que compõem o texto, o autor distingue três formas de História: uma forma que respeita a ordem cronológica dos factos, outra que seleciona e reordena os factos a narrar e uma terceira, chamada de “confusa”, isenta de qualquer tipo de ordenação, em que se inserem os “relatos periodísticos”.

Interessa-nos, para já, salientar dois aspetos deste texto inaugural: em primeiro lugar, o facto de uma das primeiras abordagens críticas ao Jornalismo ter como pedra de toque precisamente a relação daquele com a História; em segundo lugar, o facto de a perspetiva adotada ir ao encontro da matriz narrativa dos discursos de ambos, bem patente nos termos ‘ordem cronológica’, ‘ordenação’, ‘relato’.

Assim, pretende-se aqui problematizar as relações entre História e Jornalismo, com vista a perceber as complexas ligações que unem estas duas áreas sócio-discursivas, tentando defender um duplo ponto de vista: por um lado, a legitimidade de o Jornalismo se assumir como fonte de pleno direito para o discurso historiográfico, muitas vezes ditando o seu curso, outras vezes dele extraindo lições deveras importantes para a leitura do presente; por outro lado, insistir na necessidade de o Jornalismo olhar para a História e, com ela, aprender formas mais substanciais de decodificar a complexa grelha do real. Partimos de um pressuposto, nem sempre aceite de forma pacífica, mas que tentaremos advogar: o de que ambas as áreas têm a narrativa como matriz comum. Esta parece-me ser a marca mais visível quando se cotejam os dois discursos: jornalista e

² Tobias Peucer foi um erudito alemão do século XVII que apresentou uma inovadora tese de doutoramento intitulada *De relationibus novellis*, sobre o Jornalismo do seu tempo. Este texto situa Peucer como o “progenitor da Teoria do Jornalismo”, conforme opinião de Jorge Pedro Sousa (Sousa, s/d).

³ Utilizamos a tradução deste texto para português de Paulo da Rocha Dias: Peucer, 2004.

historiador empreendem uma construção narrativa, com base na realidade factual, compondo estórias que visam explicar e tornar claro o mundo. Isto independentemente de um se reportar ao presente e à atualidade e o outro ao passado: ambos constroem relatos que problematizam os eventos em curso, a partir de uma perspetiva presente da qual não se conseguem libertar.

Na verdade, falar de História – no sentido de discurso da História – é essencialmente reconhecer a existência de um amplo conjunto de narrativas escritas, tendencialmente objetivadas (recusa-se propositadamente o adjetivo objetivas) e factuais (por oposição a ficcionais), que visam reconstruir o Passado, tornando-o legível e compreensível a partir e aos olhos do Presente. Independentemente do debate, sempre problemático, em torno da questão da objetividade, aliás comum também ao discurso jornalístico, é fundamental reconhecer que qualquer narrativa é um produto textual e discursivo que organiza a experiência, dando-lhe forma, nexos, coerência e sentido. Como bem o demonstrou Ricoeur, no seu *Temps et Récit*, a narrativa é um meio de organizar e representar a experiência temporal humana, existindo “entre a atividade de contar uma história e o carácter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural⁴. Ao fazê-lo, a narrativa transforma os factos em acontecimento, seleccionando do passado ações, espaços, personagens e tempos, interrelacionando-os e conferindo-lhes uma lógica interna. Estas são, sumariamente, propriedades comuns ao discurso da História e ao do Jornalismo, ambos construídos estruturalmente pela narratividade⁵ que os enforma.

Quer isto dizer que tanto a narrativa histórica quanto a narrativa jornalística são produtos de processos de exteriorização desencadeados por sujeitos, temporal e historicamente enquadrados, que se apropriam de factos, acontecimentos e ações, que decorrem numa determinada temporalidade, tornando-os legíveis e compreensíveis na sua maior ou

⁴ P. Ricoeur (1987), *Temps et Récit*. Paris: Seuil. p. 85.

⁵ Sobre o complexo mas crucial conceito de narratividade, remetemos para C. Reis e A. C. M. Lopes (2011). *Dicionário de Narratologia*. 7ªed., Coimbra: Almedina, pp. 274-285.

menor complexidade. Ambos, portanto, jornalista e historiador, olham para o real e selecionam, mediante as metodologias próprias e os critérios socioprofissionais respetivos, os factos que serão transformados em acontecimento. Este processo seletivo, embora em ambos os casos seja pautado por uma ética e por uma deontologia profissional, que preveem a clareza e objetividade como metas, está longe de ser inócuo, pois que emana, em ambos os casos, de sujeitos inseridos num determinado tempo e formados por modelos ideológicos e sociocognitivos específicos.

Reconhece-se, no entanto, as especificidades e as fraturantes dissemelhanças entre ambas as áreas, que permitem definir com clareza estes dois géneros narrativos não só por provirem de formações discursivas⁶ distintas, mas sobretudo porque recorrem a métodos diferentes de estruturação e perseguem objetivos próprios. Assim, aceita-se como ponto de partida a premissa de que são evidentes as diferenças discursivas, metodológicas, epistemológicas e socioprofissionais entre o jornalismo e a história, mas concorda-se com a perspetiva de Fábio Pereira quando este, respaldado no conceito de formação discursiva de Foucault, defende existir, por detrás dessa separação, um conjunto de “relações mais complexas e a criação de espaços de confronto e justaposição”⁷.

Se a História tem, hoje, um consolidado estatuto científico, cuja autonomização data do século XIX, o Jornalismo é, comparativamente, uma área sócio-discursiva e profissional relativamente recente, sem pretensões científicas ou académicas, pesem embora a sua entrada na Academia durante a segunda metade do século XX, bem como o crescimento e a sustentabilidade dos *media studies*. Por outro lado, se a História, enquanto ciência social, exige um tempo de maturação e reflexão, que torna pouco consensual o estatuto da História do Tempo Presente, já o Jornalismo vive na urgência da atualidade e, hoje mais do que nunca, estrutura-se como

⁶ Utiliza-se aqui o conceito de formação discursiva de Foucault, utilizado primeiramente na obra *Les Mots e Les Choses* (1966) e posteriormente na *Archéologie du Savoir* (1969). Para Foucault, há uma relação copulativa entre as práticas discursivas e o poder, o mesmo é dizer-se que os discursos são eminentemente sociais.

⁷ F. H. Pereira (2006), «As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços». In: Verso e Reverso. Revista de Comunicação, Vol. 20, n.º44, p. 8, <https://www.versoereverso.unisinos.br> (consultado em julho de 2015)



discurso do instante presente, com curto prazo de validade. Como explica Marieta Ferreira, a autonomização científica da História, no decorrer do século XIX, século do Positivismo, implicou algumas marcas que devem ser entendidas no quadro de autonomização profissional dos historiadores.

“A afirmação da concepção da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Se se acreditava que a competência do historiador devia-se ao facto de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados”⁸.

Neste mesmo período, assistimos ao início da autonomização de uma outra profissão: a de jornalista. Com raízes ancestrais que também remontam à Antiguidade Greco-latina, os gazeteiros dos séculos XVI e XVII são progressivamente substituídos, no decurso da centúria de oitocentos, por homens que se dedicam profissionalmente ao jornalismo. Desde meados do século XIX, com a industrialização e massificação da imprensa, o jornalista profissional vai paulatinamente substituindo o homem de letras, roubando-lhe espaço e voz, dominando o espaço público. Ora, o jornalismo evidencia uma oposta vivência do tempo: escreve-se para ontem, sem tempo de reflexão, numa lógica cada vez mais concorrencial em que o “furo” jornalístico dita a forma e o conteúdo. Célebre é a confissão de Marguerite Duras quando, a convite do diretor do *Libération*⁹, escreve, em conjunto com outros romancistas, o jornal do dia:

⁸ M. de M. Ferreira (2000), «História do Tempo Presente: Desafios». In: Cultura Vozes. Petrópolis, v.94, nº 3, (111-124), maio/junho, p. 112.

⁹ O número de 19 de março de 1987 do *Libération* é totalmente escrito por escritores de ficção e tem como título – 60 ÉCRIVAINS VOUS RACONTENT L’ACTUALITÉ. LE ROMAN D’UN JOUR.

Escrever para os jornais é escrever logo. Não esperar. Portanto, a escrita deve ressentir-se desta impaciência, desta obrigação de ir depressa e ser um pouco *négligée*. Esta ideia de negligência do escrito não me desagrada¹⁰.

Se este testemunho, datado do século passado, ilustra bem a urgência da atividade de um jornalista, atualmente, depois de décadas de inovações tecnológicas, sobretudo com a entrada da web2.0 e das redes sociais na equação, esta premência é muito mais aguda e sentida de modo muito mais vívido e desafiante pelos jornalistas.

Se tivermos em consideração as fontes, também poderemos destrinçar diferenças entre ambas as áreas: o olhar do historiador é sempre um olhar crítico e seletivo, enquanto o jornalista deve, por obrigação ético-deontológica, isentar-se de comentar criticamente as suas fontes, procurando protegê-las e recorrendo sempre que possível ao testemunho oral para fundar a credibilidade das suas narrativas.

Sendo áreas tão distintas, sob todos os pontos de vista, convém justificar e legitimar a comparação que aqui se sugere. Reconhecendo as especificidades de cada um destes campos, parecem existir alguns pontos de contacto entre o discurso historiográfico e o discurso jornalístico que, por si só, tornam esta reflexão não só legítima como urgente, nomeadamente: o facto de ambos se traduzirem publicamente pela divulgação de textos escritos que se articulam em torno do conceito de narratividade, por um lado; por outro lado, o facto de ambos terem como principal objetivo a legibilidade do passado, do tempo e da experiência humana. Dir-se-á mais: hoje, no decurso da segunda década do século XXI, num tempo em que parece assistir-se ao apagamento e desvalorização da memória, em que tudo é fugaz e efémero, num tempo de crises várias, que afetam não só as economias dos países da Europa, mas a própria vida das pessoas e a identidade das nações, talvez seja relevante perceber em que medida o jornalismo pode ganhar com uma aproximação à História, com ela

¹⁰ M. Duras (1984), *Outside*. Paris : POL, p. 5.

aprendendo a construir e preservar uma memória coletiva, tão importante como chave de leitura do presente e como fator de união civilizacional.

A matriz narrativa da História e do Jornalismo

Quando, em meados da década de 60, Roland Barthes publica «Introduction à l'Analyse Structurale des Récits», no famoso n.º 8 da Revista *Communication*¹¹, focaliza a atenção sobre o fundamento do texto narrativo, como texto matricial de estruturação dos discursos humanos. Neste ensaio, o semiólogo francês vê a narrativa como fator aglutinador da produção de linguagem, como estrutura omnipresente, como modo privilegiado de textualizar a experiência.

Sob formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a história da humanidade; não há, nem nunca houve nenhum povo sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, e muitas vezes essas narrativas são desfrutadas do mesmo modo por homens de culturas diferentes, ou até mesmo opostas: a narrativa está presente na boa e na má literatura: internacional, transhistórica, transcultural, a narrativa aí está, como a vida¹².

Na verdade, as observações que Barthes nos deixou no ensaio supra-citado permitem olhar a narrativa como um modo discursivo¹³ que, independentemente da variedade de géneros, de substâncias e de

¹¹ Este número da revista *Communications*, nomeadamente o contributo de Barthes, abriu caminho a diversos aspetos do estudo da narrativa que, embora conagrados por uma conceção estrutural (bem visível nos trabalhos de Bremond, Greimas, Metz), não deixam de fazer sentido ainda nos dias de hoje, tendo estado na origem do advento da Narratologia na década de 80, e inclusive na base dos atuais Estudos Narrativos, cuja matriz interdisciplinar é a sua pedra de toque.

¹² R. Barthes (1966), «Introduction à l'Analyse Structurale des Récits». In: *Communication*, n.º8. Paris, (1-27), p. 1.

¹³ Utilizamos aqui o conceito de modo por oposição ao de género, tal como defende C. Reis (1995), *O Conhecimento da Literatura*. 1ª.ed., Coimbra: Almedina, p. 244.

linguagens, possui um conjunto de predicados essenciais que o habilitam a assumir-se como modo discursivo dominante nas sociedades humanas¹⁴.

Para o assunto que aqui se explora, interessa sublinhar que tanto a história quanto o jornalismo se socorrem da narratividade como propriedade estruturante e basilar dos seus discursos. A História, nesta perspectiva, será uma macro-narrativa que organiza discursivamente o tempo, projeta figuras, descreve ações, espaços e contextos. Se é certo que, na construção desses relatos, o historiador deve manter-se isento e imparcial, procurando ao máximo um discurso objetivado, a própria atitude de seleção, prévia à construção narrativa, é por si mesma um ato de incontornável subjetividade. Também na narrativa jornalística a objetividade é um predicado obrigatório, sendo que ela integra mesmo muitos dos livros de estilo e até alguns códigos deontológicos da profissão. No entanto, como também é sabido há algum tempo, sobretudo a partir dos estudos seminais de Gaye Tuchman¹⁵, a narrativa jornalística é uma construção discursiva e textual, produto de uma codificação complexa que envolve não apenas os códigos narrativos mas também códigos deontológicos, éticos e sociais. Por outras palavras, embora as narrativas jornalísticas devam procurar, tanto do ponto de vista do estilo, quanto da linguagem que utilizam, uma tendencial imparcialidade e objetividade, elas serão sempre o resultado de uma seleção e de uma leitura do mundo, feita pelo jornalista enquanto profissional socialmente e profissionalmente enquadrado. Tanto assim é que, neste processo de semantização da realidade e do mundo, para usar um conceito desenvolvido por Patrick Charaudeau, processo esse responsável inclusive pela forma como captamos a complexidade do real, intervêm instrumentos narrativos e discursivos denunciadores de posicionamentos mais ou menos camuflados. Não se trata aqui de assumir uma atitude de manifesta desconfiança ou conspiração contra o discurso da imprensa, trata-se antes de o entender como fruto de uma formação discursiva, produto

¹⁴ Recorde-se que Teun van Dijk também o aponta como modo fundacional, inclusive da textualidade jornalística. T. van Dijk (1998). *La Ciencia del Texto*. 5.^a ed., Barcelona: Paidós.

¹⁵ G. Tuchman (1980). *Making News. A Study in the Construction of Reality*. New York and London: The Free Press; G. Tuchman (2002). «A notícia como realidade construída». *Media e Jornalismo*. Lisboa: CIMJ, pp. 91- 102.

de uma textualização, em que intervêm fatores sociais, emocionais e identitários. Como bem tem demonstrado a análise do discurso, a aparente imparcialidade do discurso jornalístico é, em boa parte, responsável pela assunção e naturalização de certas ideologias e de certas imagens que temos do mundo social e político.

Deste modo, quando comparamos o discurso historiográfico com o discurso jornalístico, enquanto práticas textuais responsáveis pela reconstrução do passado, temos de perceber que ambas operam cortes do real, selecionando a matéria narrável; ambas procedem a reorganizações mediante códigos narrativos específicos, dos quais se realçam os códigos temporais; ambas são produto do tempo e do contexto em que se inserem, estabelecendo com a sociedade em que circulam relações de variadíssima ordem.

Para o assunto que aqui se traz à colação, interessará reter, portanto, que tanto a narrativa da história quanto a narrativa jornalística, embora diverjam num conjunto considerável de aspetos, têm em comum duas características essenciais: a narratividade inerente aos textos, por um lado; por outro, o facto de se constituírem como modos de perpetuar o passado, conferindo-lhe legibilidade e fomentando, portanto, a memória.

O tempo como fator perturbador

Apesar destas similitudes, quando tentamos perceber os modos como quer a história quer o jornalismo tornam o passado legível, através de narrativas que nos conduzem a uma compreensão mais ou menos problemática desse passado, não podemos escamotear uma diferença fundamental. Trata-se do modo como cada uma dessas narrativas se relaciona com o tempo e por este são afetadas.

Falar de tempo neste contexto é focalizar um dos seus aspetos mais cruciais da essência do narrativo. A definição de narratividade, embora muito mais complexa do que isso e tendo evoluído muito ao longo do século XX, tem como pedra de toque a questão da temporalidade. Contar

uma história é um ato que implica a organização de eventos ocorridos num determinado tempo, na linha de sucessão temporal linear do discurso.

Quer isto dizer que tempo e narrativa, como bem o demonstrou Paul Ricoeur, estabelecem entre si uma relação dual à partida: se o tempo afeta necessariamente os eventos narrados, a história propriamente dita, afetará também necessariamente o discurso. No fundo, trata-se de perceber de que forma a narrativa histórica e a narrativa jornalística organizam, cada uma de forma diversa, discursivamente os tempos da história, sempre plurais, caóticos e heteróclitos. Cremos que será esta precisamente a matéria mais sensível na abordagem comparativa que tentamos empreender.

Se a narrativa jornalística vive da emergência do tempo, na contingência da atualidade, pelo contrário, a historiografia necessita de um tempo de mediação entre o conteúdo do relato e o relato propriamente dito. Um tempo de reflexão, distanciamento que o jornalista não tem. Hoje, mais do que nunca, cobrir jornalisticamente um evento requer velocidade e uma quase instantaneidade, sem tempo para reflexão, ponderação ou aprofundamento das questões. Ao invés, o labor do historiador requer investigação, leitura, ponderação, cotejo de fontes, consultas documentais, enfim, um conjunto de passos que exigem tempo de maturação.

Cada vez é menor o espaço de mediação entre o acontecimento em bruto e o acontecimento jornalístico, isto é, entre o facto real e concreto e a sua construção noticiosa. Este estreitamento da mediação é, a meu ver, um dos fatores mais problemáticos do fazer jornalístico do nosso tempo, pois elide o elemento fundamental em qualquer mediação: o tempo de distanciamento e reflexão. Quem, ao longo das últimas duas décadas, tenha estado atento às histórias publicadas nos jornais – em papel ou digitais – percebe certamente que a forma de contar as narrativas se tem alterado substancialmente. Gradualmente, o leitor foi-se acostumando a ler rapidamente, a captar apenas a ‘espuma dos dias’ – para recuperar o expressivo título de Boris Vian – , apreendendo a realidade de um modo perigosamente simplista e precipitado. Como constata Vargas Llosa, no seu mais recente livro – *A civilização do espetáculo* -, “a função crítica do jornalismo viu-se em muitos casos distorcida pela frivolidade e pela

fome de diversão da cultura dominante”¹⁶. O valor supremo da informação passou a ser o entretenimento, numa perspectiva voyeurista e frívola, em que se valoriza o escândalo, o espetáculo, o curioso, em que as fronteiras do público e do privado se esbateram totalmente.

A lógica comunicacional é hoje dominada pela cultura da espetacularidade, em que a sobremediatização dos acontecimentos e a dificuldade em os apresentar em perspectiva e profundidade, constituem sinais marcantes e preocupantes do exercício atual da informação noticiosa, diagnóstica João Figueira, num texto publicado no livro *Aprofundar a Crise*, em que explica de modo circunstanciado esta questão¹⁷. Se esta subversão é decorrente das pressões concorrenciais que submetem jornalistas e redações, foi também em parte muito facilitada pelo desenvolvimento do jornalismo na WEB, sobretudo desde o advento da Web 2.0, e pela anulação do jornalista como mediador, em função do que circula em blogs e redes sociais.

A questão central é a de saber que papel deve o jornalismo desempenhar nesta nova sociedade e organização de ecossistemas, em que a informação deixou, aparentemente, de ser fechada, controlada e construída por grupos profissionais, para estar à mão de qualquer usuário. Como Dominique Wolton explica em *Pensar a Comunicação*, “de repente, desliza-se facilmente da ideia de liberdade devida à ausência de intermediários, para a ideologia da imediatez. Tudo é público e imediato”¹⁸. Querirá isto dizer que o jornalismo é uma atividade em extinção? Deixarão as sociedades de necessitar do jornalista mediador e descodificador do real, tal como o conhecemos até aqui? Bastará para a nossa formação de cidadãos livres e autónomos a informação rápida que corre pelas redes sociais e é partilhada, desenvolvida e anunciada pelos “amigos” do FB?

Não possuo respostas para todas estas questões. Contudo, é importante que as coloque e sobre elas reflita, pois julgo que, numa época em que o

¹⁶ M. V. Llosa (2012). *A Civilização do Espetáculo*. Lisboa: D. Quixote, p. 130.

¹⁷ J. Figueira (2012). “A pegada jornalística na paisagem mediática”, In: A. F. Sá, Peixinho, A. T.; C. Camponez (org.). *Aprofundar a Crise: olhares multidisciplinares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 193-212.

¹⁸ D. Wolton (1999). *Pensar a Comunicação*. Lisboa: Difel, p. 183.

Jornalismo enfrenta, a vários níveis, ameaças de natureza diversificada, assistindo-se a uma radical alteração de paradigma e à agudização de crises várias, é importante que, mesmo sem termos respostas, consigamos formular as questões mais inquietantes. Apesar de tudo, atrevo-me a sugerir que, com a História, o Jornalismo tem alguma coisa a aprender: a estabelecer relações complexas, a valorizar a memória e a compreender a complexidade do mundo presente. Sobretudo, a valorizar a memória, sem a qual não conseguiremos nunca entender o presente.